

# e-Spania

Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes

9 | juin 2010 :

*Le Liber regum* (ou *Libro de las generaciones y linajes de los reyes*)

*Le Liber regum* (ou *Libro de las generaciones y linajes de los reyes*)

## Do *Liber regum* em Portugal antes de 1340

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

### Résumés

Português Français

A presença do *Liber regum* em Portugal é normalmente associada ao *Livro de Linhagens* ou à *Crónica de 1344*, as mais conhecidas obras de D. Pedro, Conde de Barcelos, onde diferentes redacções dessa obra genealógica navarra são extensamente transcritas. Todavia, são conhecidas desde os pioneiros estudos de Luís Filipe de Lindley Cintra e de Diego Catalán outras realizações historiográficas, embora de pequena dimensão, que também fizeram uso do *Liber regum*, por vezes numa época que é forçoso considerar muito recuada. O *Livro Velho de Linhagens*, a *Primeira Crónica Portuguesa*, uma pequena crónica castelhana perdida e a mais antiga tradução de uma crónica castelhana pós-alfonsina são os textos onde o presente estudo se detém, tentando mostrar que são provenientes tanto da corte régia portuguesa como de grupos da aristocracia em busca de uma representação autónoma do passado histórico, num período que precede a actividade historiográfica de D. Pedro, Conde de Barcelos.

La présence du *Liber regum* au Portugal est d'ordinaire réduite au *Livro de Linhagens* et à la *Crónica de 1344*, les œuvres les plus connues de D. Pedro, comte de Barcelos, où différentes rédactions de ce livre généalogique navarrais sont transcrites de façon détaillée. Pourtant, depuis les études pionnières de Luís Filipe de Lindley Cintra et de Diego Catalán, on connaît d'autres textes historiographiques, quoique de moindre dimension, ayant également utilisé le *Liber regum*, parfois à une époque que l'on doit considérer fort reculée. Le *Livro Velho de Linhagens*, la *Primeira Crónica Portuguesa*, une petite chronique castillane perdue et la plus ancienne traduction d'une chronique castillane post-alfonsine, sont les textes sur lesquels le présent essai se centrera, afin d'essayer de montrer qu'ils proviennent soit de la cour royale portugaise, soit de groupes aristocratiques en quête d'une représentation autonome du passé historique, à une période qui précède l'activité historiographique du comte Pedro de Barcelos.

### Entrées d'index

**Mots-clés** : Acenheiro, Chronique de Castille, Estoire d'Espagne, Légende de Gaia, Liber regum, Libro de las Generaciones, Livro Velho de Linhagens, Primeira Crónica Portuguesa

**Palavras-chave** : Acenheiro, Crónica de Castela, Estória de España, Lenda de Gaia, Liber regum, Libro de las Generaciones, Livro Velho de Linhagens, Primeira Crónica Portuguesa

## Texte intégral

- 1 Corria o ano de 1950 quando Luís Filipe de Lindley Cintra dava a conhecer à comunidade académica que a fonte principal dos primeiros títulos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, cuja redacção havia tido lugar após 1340, tinha sido o *Liber regum*<sup>1</sup>. Na realidade, não era a primeira vez que se falava desta obra genealógica de origem navarra em Portugal<sup>2</sup>. Nesse mesmo estudo, Cintra chamava a atenção para que já Carolina Michaëlis de Vasconcellos, filóloga e erudita alemã que viveu em Portugal perto de cinquenta anos até à sua morte em 1925, havia em 1893 apontado a proximidade entre essa obra e o famoso *Livro de Linhagens* atribuído ao filho bastardo do rei D. Dinis de Portugal, mesmo antes de a versão do *Liber regum* do manuscrito vilarense vir a ser publicada e conhecida<sup>3</sup>.
- 2 Ainda nesse ano, Cintra identifica o emprego do *Liber regum* num outro escrito galego-português seguramente anterior ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, contido em dois fólios quase esquecidos situados entre o fim de uma tradução para esta língua de parte da *Versão Amplificada da Estória de España* e o início de uma redacção igualmente galego-portuguesa da *Crónica de Castela*, ambas preservadas no bem conhecido manuscrito 8187 da Biblioteca Nacional de España<sup>4</sup>. Tratava-se, de facto, de uma introdução à *Crónica de Castela* concebida e escrita quando esta ainda permanecia como volume autónomo, antes de ter sido artificialmente emparelhada com a tradução da *Versão Amplificada*, o que indicava que a sua cronologia era necessariamente mais recuada do que a desta última crónica, remontando a um plano de escrita anterior àquele que o ms. A, no seu todo, testemunha actualmente. Tendo em conta tanto as suas características paleográficas como seu conteúdo, a tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela* e a respectiva introdução foram datadas por Cintra de 1295 a 1312, cronologia que não foi posta em causa até aos dias de hoje<sup>5</sup>.
- 3 Conquanto o interesse de Cintra pela investigação em torno de temas historiográficos tenha decrescido depois da publicação, nesse mesmo ano, do primeiro volume da versão reformulada *circa 1400* da *Crónica Geral de Espanha de 1344*<sup>6</sup>, deve-se ainda ao labor do eminente filólogo a indicação da presença em Portugal de outros exemplares do *Liber regum* conhecidos e por vezes mesmo citados por historiadores portugueses do séculos XVI e XVII, como André de Resende e António Brandão<sup>7</sup>.
- 4 Em 1962, prosseguindo a investigação iniciada por Cintra e sob o pano de fundo da obra magistral de D. Ramón Menéndez Pidal, Diego Catalán dá mais alguns passos em frente na exploração da fortuna do *Liber regum* em Portugal após a descoberta de duas obras cuja importância se revelará decisiva: a primeira, é a reformulação deste livro genealógico navarro realizada por volta de 1260, que virá a ser conhecida como *Libro de las Generaciones*<sup>8</sup>, cujo único manuscrito conhecido à época fora já parcialmente transcrito por Ramón Menéndez Pidal<sup>9</sup>; a segunda, uma crónica portuguesa escrita em 1535 por Cristovão Rodrigues de Acenheiro, que explicitamente se baseava noutras crónicas previamente existentes, algumas das quais de reconhecida antiguidade, como veremos adiante<sup>10</sup>. Catalán tinha entrado em contacto com este último livro, desconhecido ou não valorizado por Cintra, no decurso da sua investigação em torno da *Crónica de Alfonso XI*.
- 5 A primeira destas obras levou Catalán a rever profundamente o problema da identificação da versão do *Liber regum* utilizada pelo Conde D. Pedro de Barcelos no conjunto dos escritos de sua autoria. Perante a presença da lenda de Wamba, o rei-lavrador, na Crónica de 1344 – embora não no *Livro de Linhagens* – e também de uma detalhada súpula arturiana – desta vez no *Livro de Linhagens* e

em parte também na *Crónica de 1344*<sup>11</sup>–, narrativas que remontavam ambas, como extensamente provou, ao *Libro de las Generaciones*, Catalán convenceu-se de que o Conde de Barcelos tinha conhecido o *Liber regum* apenas através dessa refundição da segunda metade do séc. XIII<sup>12</sup>. O filólogo castelhano estava ainda persuadido de que a tradução da *Crónica de Castela* e a sua pequena introdução (A2a) baseada no *Liber regum* eram já obra do filho de D. Dinis<sup>13</sup>. Recorde-se que nesse pequeno texto introdutório surge a primeira referência ao rei Wamba lavrador conhecida em ambiente ocidental, o que autorizava que se pensasse que também aí fora utilizada uma versão refundida do *Liber regum* próxima do *Libro de las Generaciones*<sup>14</sup>.

6 Será necessário esperar pelo estudo de 1970 que acompanha a sua edição parcial da versão castelhana da primeira redacção da *Crónica de 1344* para que Catalán altere, ou pelo menos matize, essa sua convicção. Perante a verificação de que era possível encontrar na obra do Conde D. Pedro elementos provenientes tanto do *Libro de las Generaciones* como das versões mais antigas do *Liber regum*, Catalán acabará por reconhecer que o genealogista e historiador português poderia ter tido acesso a uma versão do *Liber regum* próxima da versão vilarense, mas já com adições referentes aos episódios citados, ou então teria usado várias versões do *Liber regum*, tendo feito delas um aproveitamento particular segundo as necessidades ditadas pela composição de cada uma das obras que escrevia<sup>15</sup>.

7 Se Catalán teve dúvidas e hesitações no tocante a esta questão, a observação atenta da obra de Cristovão Rodrigues de Acenheiro deu-lhe algumas certezas noutros domínios ainda relacionados com o *Liber regum* em Portugal. Com efeito, entre as fontes nomeadas pelo cronista do séc. XVI contava-se uma crónica muito antiga composta de uma narrativa referente aos primeiros reis de Portugal introduzida por um texto extraído do *Liber regum*. Embora a porção de texto transcrita fosse mínima, era o suficiente para determinar que o texto se baseava na versão toledana<sup>16</sup>. Naquele que é uma das suas mais lúcidas páginas sobre a historiografia portuguesa antiga, Catalán conseguiu demonstrar que esse conjunto constituía uma pequena crónica que, na forma então conhecida, remontava ao séc. XIV, visto terminar com uma referência à batalha do Salado<sup>17</sup>. E assim nascia, para a actualidade, a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1342*, o primeiro esforço, na convicção de Catalán, no sentido de criar uma historiografia portuguesa em língua vulgar. Essa crónica teria sido fonte tanto do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* como da *Crónica de 1344*, que dela haviam transcrito importantes excertos referentes aos primeiros reis de Portugal.

8 Contudo, mais perturbante era o facto, verificado pelo ilustre filólogo, de a *Crónica de Veinte Reyes*, entretanto identificada como uma família de manuscritos da *Versão Crítica da Estória de España*<sup>18</sup>, ter já conhecido a narrativa sobre o primeiro rei de Portugal contida na *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* recém-identificada<sup>19</sup>. Mais ainda, tanto esta versão da *Estória de España* como a versão primitiva alfonsina tinham já tido acesso a um relato sobre o baptismo da moura Zaida que apenas se encontrava no fragmento do *Liber regum* que precedia a pequena crónica portuguesa<sup>20</sup>.

9 Embora o fundamental das contribuições de Diego Catalán sobre a historiografia portuguesa antiga esteja contido nos escritos em 1962 e 1970, alguns dos temas que nortearam essa investigação vieram a tornar-se recorrentes em estudos posteriores, mesmo nos mais recentes. A origem e difusão da lenda de Wamba, o rei-lavrador, por exemplo, é uma questão que Catalán retomará uma vez mais no seu «*Rodericus Romanzado*»<sup>21</sup>. Em conexão com esta questão é também neste magnífico estudo que Catalán encontrará uma nova formulação para a identificação das versões do *Liber regum* que foram utilizadas pelo Conde D. Pedro, optando decididamente pela hipótese das duas redacções, uma próxima da versão vilarense e uma outra reproduzindo uma redacção semelhante à que

fora copiada por Martin Larraya no séc. XV<sup>22</sup>.

10 Do lado português, é verdade que os estudos sobre os livros de linhagens vieram a ser retomados a partir do final dos anos setenta por historiadores como José Mattoso<sup>23</sup> e Luís Krus<sup>24</sup>, com o objectivo fundamental de melhor os conhecer do ponto de vista da história social e de os tornar mais facilmente manejáveis pelos historiadores, o que deu lugar a novas e muito cuidadas edições<sup>25</sup>. Todavia, não se registaram avanços dignos de registo no capítulo do uso do *Liber regum* por parte dessas obras. O mesmo se poderá dizer relativamente à utilização do *Liber regum* pela crónica portuguesa de 1342 ou pela introdução à tradução da *Crónica de Castela* de 1295-1312, esta última tendo sido objecto, no entanto, de uma cuidada edição realizada na Galiza por Ramón Lorenzo<sup>26</sup>. A compreensão dos contextos sociais e mentais, a identificação dos promotores e dos propósitos político-simbólicos, para além dos utilitários, que envolvem todas essas obras mantêm-se há cerca de trinta anos no ponto em que Catalán os deixou, tendo-se mesmo assistido, por vezes, a alguns preocupantes recuos originados na adopção de pontos-de-vista não produtivos<sup>27</sup>.

11 No momento actual, embora as incertezas e falta de informação segura devam conduzir-nos a um prudente silêncio sobre um conjunto importante de aspectos, cremos que é já possível propor uma visão de conjunto, com um mínimo de consistência, sobre a difusão do *Liber regum* em Portugal na Idade Média, tentando compreender a forma, as circunstâncias e a dimensão de uso de uma obra que foi, antes de mais, uma extraordinária peça de argumentação política. Para o fazer, é necessário ter em conta, por um lado, os avanços notáveis no conhecimento da sociedade peninsular ocidental na Idade Média obtidos nos últimos tempos pelo trabalho dos historiadores<sup>28</sup>; e, por outro, avaliar onde nos podem conduzir os progressos recentes sobre o conhecimento dos textos envolvidos na difusão do *Liber regum*.

## A Primeira Crónica Portuguesa

12 A reponderação da forma e da cronologia da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* que havia sido postulada por Diego Catalán em 1962 conta-se certamente entre os progressos de consequências mais extensas realizados ultimamente. Retomando a mesma metodologia filológica e comparatista e tendo em conta os avanços igualmente efectuados no domínio do conhecimento da historiografia alfonsina atrás mencionados, Filipe Moreira inquiriu qual seria a configuração do texto sobre o primeiro rei português que a última das versões da *Estória de Espanha* alfonsina teria conhecido e transcrito numa extensão tão longa e significativa<sup>29</sup>. A resposta obtida aponta para que se tratasse já de um texto que misturava um relato parcialmente lendário com informações provenientes de fontes identificáveis, entre as quais se contavam anais portugueses. Por outro lado, esse texto não se limitava a matéria relativa a Afonso Henriques mas continha já informações que diziam respeito aos reis seguintes, em especial relativas à deposição de Sancho II pelo papa que tinha tido lugar em 1245. Comparando o único manuscrito medieval autónomo desta obra<sup>30</sup> com o que se encontra transcrito na *Versão Crítica da Estória de España*, verifica-se com facilidade que uma versão do texto português circulava já em pleno séc. XIII e era provavelmente conhecida na sua totalidade pelos redactores alfonsinos, mesmo que a sua parte final não tenha sido aproveitada literalmente. Por outro lado, o conjunto de detalhes e de informações sobre a matéria portuguesa constantes da *Crónica de Castilla* indicam que também esta obra teve acesso ao texto português, ainda que não o tenha usado extensamente, confirmando a sua divulgação fora de Portugal nos últimos anos do séc. XIII<sup>31</sup>.

- 13 Ora um texto com tais características, por modesta que fosse a sua dimensão, era já uma crónica. Daí a designação *Primeira Crónica Portuguesa* que o investigador do Porto entendeu dar-lhe. Por outro lado, essa obra abarca a extensa maioria daquilo que Diego Catalán havia já designado por *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*. Se essa pequena crónica, como o filólogo espanhol havia demonstrado, se encontrava, por meados do séc. XIV, associada a um fragmento do *Liber regum* que, pelo seu lado, ostentava características específicas, sob a forma de interpolações, já conhecidas pelo redactor alfonsino da *Versão Crítica da Estória de Espanha*, há razões bem fundadas para suspeitar que a associação entre a história portuguesa e o *Liber regum* estava já feita em 1282, e que é nessa configuração que terá chegado às mãos dos escribas ao serviço do Rei-Sábio.
- 14 Embora não seja possível descartar a possibilidade de a junção entre esse «*Liber regum* interpolado» e a narrativa portuguesa se ter dado mais tarde, essa hipótese parece-nos envolver sempre mais dificuldades do que considerar que estavam juntas já à época da redacção da *Versão Crítica da Estória de España*<sup>32</sup>, sobretudo tendo em atenção que não se trataria de uma versão integral do *Liber regum*, mas apenas de um pequeno fragmento contendo a lista dos primeiros reis asturianos, os Juízes de Castela e a descendência condal castelhana até Afonso VI. Pelo menos não existe qualquer indicação de que tal *Liber regum* alguma vez tenha sido mais do que um fragmento necessariamente dependente da obra que era suposto introduzir.

## O Livro Velho de Linhagens

- 15 Recentemente, uma leitura paralela do *Liber regum*, nas suas várias versões, e do *Livro Velho de Linhagens* persuadiu-nos que este último conheceu, com muita probabilidade, o texto genealógico navarro<sup>33</sup>. Embora não exista matéria comum que permita fundar a ideia de uma utilização literal do primeiro pelo segundo, há entre ambos afinidades flagrantes, com particular incidência no vocabulário utilizado pelo *Livro Velho*, que em alguns casos nem mesmo pertence à língua do Ocidente ibérico da altura<sup>34</sup>; há ainda fórmulas de introdução e de apresentação da matéria genealógica semelhantes<sup>35</sup> e até personagens que migram do *Liber regum* para o *Livro Velho* com uma evidente liberdade ficcional<sup>36</sup>. Mais ainda, essas afinidades do *Livro Velho de Linhagens* revelam-se essencialmente com a versão vilarense do *Liber regum* e menos com qualquer das outras versões. Não deve constituir qualquer tipo de surpresa que o primeiro livro de linhagens português tenha sido elaborado tendo em vista o prestigiado exemplo fornecido pela obra genealógica régia navarra porque ambos são representantes muito antigos de uma tradição textual inovadora à altura, mas destinada a ter uma fortuna notável ao longo dos séculos.

## Uma crónica castelhana desconhecida

- 16 Embora não tenha tido, segundo o até agora apurado, uma influência directa sobre as obras portuguesas mencionadas, parece-nos inevitável chamar a atenção para um outro testemunho da circulação em Portugal do *Liber regum*, a segunda das «crónicas velhíssimas» de que fala Cristovão Rodrigues de Acenheiro e que ele mesmo designa como «crónica castelhana», não só por tê-la encontrado escrita em língua castelhana mas também por tratar matéria que dizia respeito a Castela e Leão. Esta «crónica» é descrita a par da «crónica galega» que Diego Catalán



identifica com a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, e partilha com esta alguns traços comuns<sup>37</sup>. Trata-se de um texto relativamente breve, constituído pela adjunção de uma porção do *Liber regum* a uma narrativa mais detalhada relativa à História de Leão e Castela do final do séc. XI e do século seguinte, cujo conteúdo nos é no fundamental desconhecido<sup>38</sup>, mas que se detinha pouco após a morte de Afonso VII, visto apenas contemplar uma referência aos filhos e filhas deste monarca, não mencionando sequer o rei Afonso VIII<sup>39</sup>. Ou seja, a «ampliação» do *Liber regum* verifica-se apenas relativamente à matéria castelhana e leonesa do período indicado, mas terá sido acompanhada de uma extensa omissão de toda a matéria que deveria seguir-se, nomeadamente a referente às dinastias aragonesa, navarra, francesa e à genealogia do Cid. Na realidade, a mutilação do *Liber regum* é bem superior à ampliação, e maior será porventura se na parte inicial a estrutura desta obra for, como tudo leva a crer, paralela à da «crónica galega», ou seja, contendo apenas um fragmento do *Liber regum* que se limitaria a mencionar a perda da terra de Espanha<sup>40</sup>, a dinastia inaugurada por Pelágio, os Juizes de Castela e os Condes de Castela até desembocar na dinastia encabeçada por Fernando Magno. Na realidade, tanto na «crónica galega» como na «crónica castelhana», estaremos mais perante textos em que o *Liber regum* fornece a armadura introdutória a uma matéria diversa que, essa sim, constitui o seu núcleo central, do que perante redacções íntegras do *Liber regum* que foram objecto de maiores ou menores manipulações.

- 17 Não nos deteremos mais nesta crónica cuja difusão em Portugal durante os séculos XVI e XVII foi manifesta até ao seu desaparecimento, ao que se crê, no terramoto de Lisboa de 1755. Contamos a ela voltar em breve atendendo à importância que pode ter tido para a cronística ibérica medieval. Reiteremos apenas que Acenheiro considerava o manuscrito muito antigo, com «trezentos anos e mais». Mesmo que tal avaliação temporal decorra de cálculos feitos sobre a cronologia da mais recente matéria narrativa nela referida, que se situará em pleno séc. XII, como vimos, é de crer que esta crónica remonte ao arco cronológico que temos vindo a definir para as restantes obras referidas, ou seja, do último terço do séc. XIII a meados do século seguinte. Parece-nos, aliás, incontornável que uma «crónica»<sup>41</sup> com estas características, para mais escrita em castelhano, deixe de fazer qualquer sentido após a difusão da cronística alfonsina e pós-alfonsina.

## A Introdução à *Crónica de Castela* (A2a)

- 18 Há textos breves e secundários, sem evidentes méritos literários, que podem, contudo, ser agudamente reveladores dos ambientes onde circularam, funcionando por vezes como autênticos faróis que indicam opções, tendências e posicionamentos de quem os promoveu ou apenas recepcionou. Tal é o que se passa com a introdução à versão galego-portuguesa da *Crónica de Castela*. Ao que tinha já sido apurado por Cintra, juntámos recentemente mais alguns elementos relativos tanto às fontes utilizadas, como às opções decorrentes das escolhas dessas fontes e respectiva forma de utilização<sup>42</sup>. Do *Liber regum*, apurámos que o texto tivera acesso a uma versão muito próxima da vilarense, mas já com evoluções que actualmente se podem ler no exemplar editado por Flórez<sup>43</sup>; o *Privilegio de los votos a Santiago*, os *Anais compostelanos* e uma fonte escrita sobre os Condes de Castela provavelmente proveniente do Mosteiro de Cardeña<sup>44</sup> parecem ser as restantes fontes cujo o uso terá sido literal. As informações cronísticas dispersas apenas se acham em conjunto na *Crónica Najerense*.

Detectam-se ainda afinidades com as *Mocedades de Rodrigo* e com o *Libro de las Generaciones*, embora pequenas e localizadas. As informações concordantes com esta última obra podem, em última análise, remontar ao manuscrito específico do *Liber regum* usado na maior parte do texto<sup>45</sup>, não implicando o conhecimento de uma versão semelhante à copiada no séc. XV por Martin Larraya.

## Que sentido para a fortuna do *Liber regum* em Portugal antes do Conde D. Pedro?

19      Alargado e especificado tanto quanto possível o quadro textual pertinente para a avaliação da fortuna do *Liber regum* em Portugal durante a Idade Média, cumpre agora verificar como se organizam, em síntese, os dados reunidos. Se as hipóteses adiantadas se revelarem aceitáveis, o *Liber regum* começou por constituir, em Portugal, o modelo para a redacção de uma obra genealógica. Limitado na sua dimensão pelo interesse exclusivo prestado às linhas de descendência que confluíam nas dinastias régias ibéricas, com a inclusão quer da dinastia franca, quer da linhagem de Rui Diaz, e não possuindo narrativas desenvolvidas a não ser as que ocorrem sob a forma de resumos intercalados, o *Liber regum* ofereceu um modelo de escrita perfeitamente ajustado às necessidades de representação de uma parte da aristocracia portuguesa que queria opor a sua tradição e a sua memória à da realeza portuguesa que procurava, pelo seu lado, reclamar uma soberania quase exclusiva sobre a totalidade do reino<sup>46</sup>.

20      Se bem que a prática da genealogia escrita possa não ter sido desconhecida em Portugal ao longo do séc. XIII<sup>47</sup>, o *Liber regum* apresentava um novo e consistente quadro capaz de reunir memórias dispersas, mostrando de que modo estas se podiam ordenar para se tornarem mais eficazes enquanto modalidade específica da representação do passado. É mesmo possível que o *Livro Velho de Linhagens* tenha começado a ser concebido em Castela, tendo em vista a linguagem castelhanizante do seu prólogo programático, as fontes castelhanas (e leonesas) que utiliza no início dos seus dois títulos e a presença nesse território, à data da sua redacção, daqueles que provavelmente o promoveram<sup>48</sup>.

21      Mas o *Livro Velho* inovava também relativamente ao modelo navarro na medida em que, mesmo tendo em conta a sua modesta dimensão, introduzia uma narrativa relativamente longa que tinha por objectivo construir um quadro fundacional da mais antiga das linhagens portuguesas cuja memória se preservava nessa época. O relato da chamada «Lenda de Gaia»<sup>49</sup> cumpre nesta obra a função de explicação das origens que no *Liber regum* é desempenhada pelas genealogias bíblicas e pelos impérios antigos que precedem os detentores da terra de Espanha.

22      Autonomista na sua consciência aristocrática, afastado não somente da dinastia reinante portuguesa mas também de qualquer ideia explícita de realeza, que apenas é evocada em segundo plano, o *Livro Velho de Linhagens* coloca-se nos antípodas do *Liber regum*, cuja estratégia consiste em conferir uma dimensão régia a linhagens de condes e de guerreiros. Mas essa contradição é devida sobretudo à diferente natureza das matérias genealógicas tratadas em cada um dos livros. Se observarmos mais de perto, há no livro português dois reis que sobressaem pela polarização positiva das memórias.

23      O primeiro, é Ramiro I, o vencedor de Clavijo, que explicitamente se afirma que reina antes da fundação de Leão e, por conseguinte, também de Burgos. O texto caracteriza-o como um asturiano e promove-o à qualidade de iniciador da empresa de conquista da terra na sequência do rapto da sua mulher legítima pelo

rei mouro de Gaia, cena homóloga à da recusa do pagamento do tributo das cem donzelas que a historiografia atribuía ao rei Ramiro I<sup>50</sup>. Mas ao mesmo tempo o texto procede a um conjunto de operações narrativas que consagram o afastamento relativamente a um passado especificamemnte leonês, nomeadamente quando este rei procura uma mulher moura para dar origem àqueles que virão a ter os primeiros direitos de conquista sobre a terra portuguesa, enquanto sobre Ordonho, o filho primogénito, recai a pesada falta de ter sido o promotor da morte da sua própria mãe<sup>51</sup>.

24 O segundo, é Fernando Magno, de quem se diz ser já «par d'emperador», e com o qual uma das mais importantes linhagens portuguesas estabelece uma aliança matrimonial, por intermédio de uma hipotética filha de um seu filho bastardo, cuja realidade não vai para além da ficção do *\*Cantar de las particiones* ou das *Mocedades de Rodrigo*<sup>52</sup>. Conquanto o texto consagre, para a mais antiga das linhagens, origens remotas e míticas situadas numa Astúrias primordiais, a evocação de Fernando Magno e, já antes dele, de D. Diego povoador de Burgos, remetem decididamente para o espaço castelhano e navarro, exactamente o mesmo que é privilegiado na escrita e na circulação do *Liber regum*.

25 Se essa atenção particular ao espaço histórico e político castelhano, que vai a par com o apagamento de qualquer ligação a um passado de dependência leonesa, se faz de algum modo notar no *Livro Velho*<sup>53</sup>, alguns anos depois tornar-se-á verdadeiramente predominante quando alguém, de quem não temos explícita identificação, mas que conhecia com muita probabilidade o livro genealógico redigido em Portugal no tempo de Afonso III, levar a cabo a iniciativa de tradução para galego-português da *Crónica de Castela*. Quem elaborou o pequeno texto introdutório constante de A2a teve acesso a material tipicamente castelhano, embora o tenha usado para acompanhar aquela específica tradução<sup>54</sup>, o que invalida que tenha sido da iniciativa do Conde D. Pedro já que nenhuma das obras promovidas pelo genealogista e historiador português manifesta conhecimento nem da redacção da *Crónica de Castela* presente no manuscrito A, nem da introdução que a acompanha<sup>55</sup>. Tal como sucede com o prólogo e com o início do dois títulos que compõem o *Livro Velho de Linhagens*, também a redacção da versão galego-portuguesa de *Crónica de Castilla* e a respectiva introdução podem ter ocorrido em Castela a solicitação de personagens ocidentais que se encontravam ausentes do seu território de origem<sup>56</sup>.

26 Tanto pela natureza desta crónica como pelo conteúdo dos textos redigidos para figurarem como sua introdução e conclusão, estamos perante um contexto que remete explicitamente para as tradições aristocráticas castelhanas e para o seu modo específico de conceber a realeza, onde o rei Fernando Magno, o que separou os reinos e apoiou o seu poder na acção cavaleiresca do Cid, assumia um papel fundador e de referência<sup>57</sup>. Avaliando a presença do *Liber regum* no conjunto de A2, será necessário afirmar que a utilização de uma porção deste escrito na introdução que lhe foi acrescentada tem algo de redundante mas ao mesmo tempo de profundamente coerente. Na realidade, já no texto castelhano original desta crónica há fortes evocações do *Liber regum*, mesmo que estas não decorram directamente do texto navarro mas sim da parte inicial do poema *Mocedades de Rodrigo* que havia sido concebida com dados, muito alterados e manipulados, da obra genealógica navarra<sup>58</sup>. Este facto decorre de a *Crónica de Castela* ter sido concebida como uma obra autónoma, ou seja, não dependendo para a sua leitura de informações constantes de nenhum outro texto. A aposição de uma introdução tornava-se assim um acrescento que de algum modo duplicava, com as inevitáveis dissonâncias, dados que estavam já contidos na própria crónica. Mas resulta



também claro que só a versão do passado castelhano contida no *Liber regum* poderia ser utilizada para elaborar uma introdução que não alterasse a perspectiva castelhanista e anti-leonesa que a percorre.

27 Além disso, o recurso ao *Liber regum* para realizar um texto introdutório a uma matéria histórica específica não constituía propriamente uma novidade na altura em que é redigida a citada introdução (A2a). Em âmbito não cronístico mas poético, as *Mocedades de Rodrigo* usam, mesmo que indirectamente, na sua introdução em prosa, informações provenientes do *Liber regum*, embora, como já atrás dissemos, as desfigurem e resumam drasticamente. Também o *Poema de Fernán González* se socorre do *Liber regum* para a redacção da sua parte inicial, mas agora combinando-o com outras fontes e expandindo substancialmente a matéria em apreço<sup>59</sup>. A parte do livro navarro utilizada tem, aliás, afinidades com A2a já que, para além da referência a Pelaio, à descontinuidade dinástica asturiana, aos juízes de Castela e ao Conde castelhano, o *Poema de Fernán González* vai mais atrás narrando desde a vinda dos Godos à Península até à perda da terra de Espaha pelo rei Rodrigo<sup>60</sup>.

28 Ou seja, a verdadeira novidade trazida por A2a relativamente a estes textos é tratar-se de uma peça cronística redigida em prosa e destinada a preludiar uma crónica em vulgar que tem na sua raiz o texto do Toledano. Além disso, faz um uso literal muito extenso da parte do *Liber regum* que utiliza, permitindo mesmo, como vimos, ter uma ideia precisa da configuração da versão desta obra que foi manuseada. Estes aspectos preludiam já o projecto que ganhará corpo com a obra do Conde D. Pedro de Barcelos, mas não é possível de modo nenhum confundi-los com esse projecto, cuja dimensão e complexidade se revelarão totalmente novas e inéditas<sup>61</sup>.

29 Assim, a muito precoce tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela* e a respectiva introdução baseada no *Liber regum* com as características atrás descritas, prolongam procedimentos e tradições conhecidas na produção literária castelhana e testemunham a existência no Ocidente peninsular de meios que afinavam por uma representação do passado que reforçava a centralidade de Castela e recusava frontalmente qualquer herança leonesa, ao mesmo tempo que apagava também o papel que as dinastias navarra e aragonesa desempenhavam no *Liber regum*. Meios que necessariamente se mantinham à margem das representações do passado propostas pelos círculos afectos à corte régia portuguesa e que, como contraponto a um evidente castelhanismo, alimentavam a sua identidade aristocrática reclamando, ou apenas evocando, um rei Ramiro, vencedor de Clavijo e anterior à fundação de Leão e de Castela, ideia que havia sido posta a circular anos antes pela prosa genealógica do *Livro Velho de Linhagens*<sup>62</sup>.

30 Mas esta forma específica de utilização do *Liber regum* só em parte tinha algo de inovador porque, como deixámos dito atrás, eram já conhecidas outras iniciativas que se tinham orientado por princípios muito afins. Referimo-nos à *Primeira Crónica Portuguesa*, descrita por Diego Catalán e precisada nos seus contornos e cronologia por Filipe Moreira, e também à *Crónica Castelhana* de que fala Acenheiro. A primeira virá a instituir-se em modelo da história dos primeiros reis de Portugal até ao séc. XVI; da segunda, havendo notícia da sua existência e conhecimento apenas em Portugal entre os séc. XVI e XVII, está por averiguar que relações mantém com a restante cronística, sendo seguro que possui paralelos com a *Primeira Crónica Portuguesa* que estarão longe de ser meramente acidentais.

31 Tanto o primeiro destes textos como o segundo se organizam de uma forma similar que, por sua vez, se inscreve num procedimento mais geral que se detecta num significativo número de textos historiográficos ibéricos da segunda metade do séc. XIII e primeiros anos do século seguinte: todos eles iniciam uma dada

matéria narrativa de natureza histórica retomando uma porção precisa do *Liber regum*. Tratando-se aqui de textos cronísticos, mesmo de pequena dimensão, aproximam-se em muitos aspectos daquilo que se encontra concretizado em A2a, nomeadamente no uso literal do *Liber regum*, e não apenas de informações daí provenientes. Mas a porção de texto retomada desta obra não coincide com a que se encontra na introdução à *Crónica de Castela* (A2a) nem no ponto onde se inicia nem naquele onde termina. Com efeito, o «*Liber regum* interpolado» que antecedia a crónica portuguesa não continha qualquer relato relativo à presença dos godos na Península nem à derrota do rei Rodrigo, antes tinha início, como a versão toledana do *Liber regum* editada por Flórez, com a recuperação da terra por Pelaio; e terminava com Afonso VI, não havendo qualquer indicação segura de que possuísse outra matéria para além das precisões genealógicas originadas pelos vários casamentos do conquistador de Toledo.

32 Tanto quanto nos é dado saber com segurança, também a crónica castelhana que circulou em Portugal paralelamente à *Primeira Crónica Portuguesa* retomava o texto do *Liber regum* levando a trama genealógica aproximadamente até ao mesmo ponto – ou seja, à identificação das várias mulheres de Afonso VI –, momento a partir do qual acrescentava matéria que ia até aos filhos de Afonso VII. Não é tão seguro que tivesse início apenas com a dinastia asturiana, mas nenhum dos testemunhos indirectos que dessa obra possuímos dá quaisquer indicações sobre a existência de matéria cronologicamente anterior. Ou seja, ambos usavam o *Liber regum* para fazer decorrer a matéria que tratavam do conquistador de Toledo, sobre o qual ambas as crónicas se alongavam, embora de modos diversos.

33 No caso de texto português, tal opção justifica-se plenamente no contexto de uma obra promovida por meios próximos da corte régia portuguesa. Desde o séc. XII que a memória do conquistador de Toledo será permanentemente reclamada, por vezes como principal critério legitimatório do poder sobre o reino<sup>63</sup>, primeiro pelos meios régios portugueses e mais tarde por sectores da nobreza afectos a essa mesma corte<sup>64</sup>. Se, na segunda metade do séc. XIII, a monarquia portuguesa resolve patrocinar um relato fundacional do reino em que predomina a acção militar e povoadora do Conde Henrique, logo continuada pela importante iniciativa conquistadora levada a cabo pelo filho deste, nem por isso deixa ser patente que a estirpe régia portuguesa devia a sua origem ao rei castelhano e leonês que primeiro se fez chamar imperador. Apenas deixa de ser esse o critério legitimatório principal porque ao seu lado se vai impondo o direito de ocupação da terra pela conquista, aquele que mais facilmente justifica uma herança directa entre pai e filho que o texto quer também afirmar. Ou seja, a legitimidade dos reis de Portugal reforça-se acrescentando o direito da conquista proveniente do lado paterno ao direito dinástico da linha materna<sup>65</sup>.

34 Nenhum quadrante ligado ao poder régio português parece querer esquecer que, mesmo autónomo, o reino de Portugal partilhava com Leão-Castela uma origem comum. E talvez seja essa uma das razões que terão levado a que circulasse em Portugal uma velha crónica cuja estrutura era semelhante à da *Primeira Crónica Portuguesa*, mas em que um excerto do *Liber regum* preludiava sucessos ocorridos entre os reinados de Afonso VI e o seu neto, Afonso VII.

## O *Liber regum* contra a historiografia neo-isidoriana

35 Tal como sucedia nos quadrantes castelhanos que promoviam os textos literários que tomavam o *Liber regum* como ponto de partida, também em Portugal a utilização deste «Libro de los linajes de los reyes»<sup>66</sup> deve ser entendida,

antes de mais, como recusa do comprometimento com o passado de dependência dos reis leoneses e afastamento de qualquer ideologia restauracionista associada à evocação desse passado. A ideia da continuidade gótica ou da unidade de poder a ela associada é estranha ao espaço português desde tempos muito remotos. O anais mais antigos realizados neste espaço desconhecem a dinastia asturiana a partir de Afonso II, curiosamente o mesmo ponto escolhido pelo *Liber regum* para anunciar a quebra daquela dinastia<sup>67</sup>. Mais adiante, dão lugar privilegiado aos feitos de infâncias que agiam em consonância com os monarcas da estirpe navarra que entretanto se haviam apoderado da soberania castelhana e leonesa<sup>68</sup>. É essa ascendência navarra que o *Liber regum* traça a Fernando Magno e a Afonso VI, não a que os coloca como herdeiros da dinastia e do poder leonês<sup>69</sup>, como haviam feito as crônicas latinas redigidas após a morte do conquistador de Toledo. E nesse aspecto particular, sempre houve consonância entre a corte régia portuguesa e os meios aristocráticos que, com maior ou menor proximidade, em torno dela gravitaram, embora na segunda metade do séc. XIII meios afectos à corte régia portuguesa tenham promovido também o papel co-fundacional do reino desempenhado por Henrique da Borgonha, e alguns meios aristocráticos tenham replicado com a herança de um longínquo rei Ramiro.

36 A partir da segunda metade do séc. XIII, quando num forte reino do centro da Península que se estende de mar a mar são insistentemente retomadas as teses unitaristas herdadas do goticismo leonês<sup>70</sup>, é de prever que haja reacção tanto das monarquias periféricas como dos poderes aristocráticos internos ou externos a esse reino. Em última análise, a apropriação do *Liber regum* por parte de variados actores sociais ou institucionais um pouco por toda a Península constituirá um modo de representar o passado comum fora dessas teses e mesmo contra o que elas significavam. Daí a sua extraordinária fortuna em Portugal num período que se estende até ao séc. XIV. Por contraponto, também a ausência no espaço português de uma cronística «neo-isidoriana» se compreende bem, já que este modelo historiográfico se achava inevitavelmente ligado ao projecto de restauração de um poder unitário em nome da herança dos godos, liminarmente rejeitado pelos princípios político-legitimatórias dominantes em Portugal. Só mesmo a figura de D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, na extraordinária ambição de um projecto historiográfico pan-hispânico e decididamente mais ideológico que político, virá a apropriar-se dessa tradição historiográfica para, em partes sensíveis, a subverter.

## Notes

1 Cf. Luís Filipe de Lindley CINTRA, «O *Liber regum* e outras fontes do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro», *Boletim de Filologia*, 11, 2, 1950, p. 224-251.

2 Descrição, datação e problemática do *Liber regum* em Diego CATALÁN e Maria Soledad ANDRÉS, *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid: Gredos, 1970, p. LIII-LIII; Georges MARTIN, *Les juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*, Paris: Klincksieck, 1992, p. 27-33.

3 O que sucedeu em Manuel SERRANO Y SANZ, «Cronicón villarensis (*Liber regum*), primeros años del siglo XIII: la obra histórica mas antigua en idioma español», B.R.A.E., 6, 1919, p. 192-220, e 8, 1921, p. 367-382. Edição mais recente em Louis COOPER, *El Liber regum. Estudio lingüístico*, Zaragoza: Institución Fernando el Católico (Archivo de Filología Aragonesa, Anejo 5), 1960.

4 Cf. Luís Filipe de Lindley CINTRA, «Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do *Liber regum*», *Bulletin Hispanique*, 52, 1-2, 1950, p. 27-40. O manuscrito é conhecido pela sigla A.

5 O manuscrito da *Crónica de Castela* (A2b) possuía ainda um epílogo (A2c) contemporâneo da referida introdução (A2a), que foi objecto, dado o seu precário estado de

conservação, de um cuidado trabalho de restituição por parte de Diego Catalán, a quem se deve a mais detalhada descrição do processo de constituição deste manuscrito. Esse epílogo permite situar a sua redacção no tempo de Fernando IV. Diego CATALÁN, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal*, Madrid: Gredos, 1962, p. 349-355.

6 Cf. Luís Filipe de Lindley CINTRA, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 1, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951. Trata-se do importante estudo introdutório à edição. Os volumes referentes ao texto da crónica viriam a ser publicados em 1954 (2), 1960 (3) e 1990 (4), este último editado pela Academia Portuguesa de História.

7 Para além das obras citadas, é de referir também o estudo de Luís Filipe de Lindley CINTRA, «O *Liber regum*, fonte comum do *Poema de Fernán González* e do *Laberinto* de Juan de Mena», *Boletim de Filologia*, 13, 3-4, p. 285-315, onde é detectado o uso do *Liber regum* nas obras da literatura castelhana a que se refere.

8 Publicado por Josefa FERRÁNDEZ MARTÍNEZ, *Libro de la Generaciones* Valencia: Anubar, 1968.

9 Cf. CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. 356.

10 Cristovão Rodrigues de ACENHEIRO, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Tomo V da «Collecção de Inéditos da História Portuguesa», Lisboa: Real Academia das Sciencias, 1824.

11 Tal como CINTRA, *Crónica Geral...*, p. 95-97, já notara, os apontamentos arturianos apenas existem no manuscrito M da *Crónica de 1344*, que remonta à versão original da obra, não na refundição de circa 1400.

12 Cf. CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. 357 e seg.

13 Cf. CATALÁN, *De Alfonso X*, p. 410. Não abandonando essa convicção, em CATALÁN e ANDRÉS, *Edición crítica...*, p. XLIX, será adiantada a possibilidade de a obra ter sido feita a mando de D. Dinis.

14 Cf. CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. XLIV-XLVI.

15 Cf. CATALÁN e ANDRÉS, *Edición crítica...*, p. LX.

16 Para além de uma actualização da matéria genealógica e de pequenas especificidades de redacção originadas no processo de adaptação à variante ocidental do castelhano, a versão toledana do *Liber regum* contém ainda algumas particularidades que permitem identificá-la com facilidade. Uma delas diz respeito ao pai de Raimundo da Borgonha que é erroneamente identificado como «Alfonso Jordan». Cf. CATALÁN, *De Alfonso X*, p. 234.

17 Cf. CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. 218-288.

18 Cf. Inés FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, *La Versión Crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, Universidad Autónoma de Madrid, 1993; Mariano de la CAMPA, *Estoria de España de Alfonso X. Estudio y Edición de la Versión Crítica desde Fruela II hasta la muerte de Fernando II*, Málaga: Universidad de Málaga, Analecta Malacitana, Anexo LXXV, 2009.

19 CINTRA, *Crónica Geral...*, 1, p. CCCLXVII-CCCLXXII, seguindo opinião anteriormente expressa por Gonzaga de Azevedo, defendera a origem leonesa da história lendária de D. Afonso Henriques. Era ainda sua convicção de que a divulgação escrita desta narrativa em Portugal se fizera a partir da *Crónica de Veinte Reyes*.

20 Outros detalhes que transitam desta versão do *Liber regum* para as crónicas alfonsinas enumeradas em CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. 236-241.

21 Cf. Diego CATALÁN, «*Rodericus*» *romanzado en los reinos de Aragón, Castilla y Navarra*, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2005, p. 286-298.

22 A existência de uma versão do *Liber regum* intermédia entre a versão vilarense e a que foi copiada por Martin Larraya perde viabilidade perante o surgimento do *Libro de las Generaciones* contido no ms. P da *Estoria del fecho de los Godos*, que se aparenta claramente com o texto de Larraya, permitindo admitir que ambos reproduzem com alguma fidelidade a versão redigida entre 1260 e 1270. Nestas condições, o Conde D. Pedro terá necessariamente usado tanto esse *Libro de las Generaciones* como uma versão do *Liber regum* anterior, provavelmente intermédia entes as redacções vilarense e toledana. Mesmo assim, segundo parece inferir-se da sua argumentação, Catalán manteve o convencimento de que esta segunda versão a que o Conde D. Pedro teve acesso conteria já pequenas adições, nomeadamente a referente ao «rei Wamba que foi labrador», que se pode ler também em A2a. Cf. CATALÁN, «*Rodericus*»..., p. 99-108.

23 Na vasta obra de José MATTOSO, reunida em *Obras Completas*, 12 vol., Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, onde a cada passo se podem encontrar informações, sugestões e pistas de investigação da maior pertinência, salientam-se os títulos especificamente dedicados aos



livros de linhagens medievais: «Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia», e «As Fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro», primitivamente reunidos in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa: Ed. Estampa, 1981, p. 37-55 e p. 57-100 respectivamente.

24 Luís KRUS, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

25 José MATTOSO, *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, 2, 2 vol. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980; José MATTOSO e Joseph PIEL, *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. 1, *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1980.

26 Ramón LORENZO, *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Ed. crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario, 2 vol., Orense: Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo, 1975.

27 Uma vaga de tradicionalismo tardio levou à construção e enraizamento da ideia de que a «Estória de D. Afonso Henriques», presente na crónica portuguesa de 1342 identificada por Diego Catalán, teria origem num cantar de gesta português forjado nos inícios do séc. XIII. Ventilada desde antes mas formulada com detalhe apenas por António José SARAIVA, *A épica medieval portuguesa*, Lisboa: ICALP, 1979, esta hipótese acabou por bloquear durante muito tempo qualquer pesquisa informada sobre a constituição dessa narrativa em âmbito cronístico, nomeadamente no tocante à sua ligação ao processo de difusão do *Liber regum*. Ver uma ponderação sobre o assunto em Diego CATALÁN, *La épica española: Nueva documentación y nueva evaluación*, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2000, p. 57. Sobre as fontes do texto, ver José Carlos MIRANDA, «Na génese da Primeira Crónica Portuguesa», *Medievalista online* [Em linha], 6 (Julho de 2009). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/.ISSN1646-740X> [Consultado em 20. 03. 2010]

28 Para o conhecimento dos contextos sociais e mentais da sociedade do Ocidente ibérico anterior ao séc. XIV, para além das já referidas obras de MATTOSO e KRUS, é conveniente que se cite, entre um importante caudal de bibliografia difícil de elencar, as seguintes obras fundamentais: A. R OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco*, Lisboa: Colibri, 1994; Leontina VENTURA: *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra: Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento policopiada), 1992; e José Augusto PIZARRO: *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vol., Porto: Universidade Moderna, 1999.

29 Cf. Filipe Alves MOREIRA, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto: Estratégias Criativas, 2008. Ver também José MATTOSO, «A primeira Crónica Portuguesa», *Medievalista online* [Em linha], 6, (Julho de 2009). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> [Consultado em 20. 03. 2010].

30 Ms. 86 do Fundo de Santa Cruz de Coimbra da Biblioteca Pública Municipal do Porto («IV Crónica Breve»).

31 Aspecto anotado por Filipe MOREIRA, «A primitiva cronística portuguesa e a historiografia castelhana do século XIII: novas hipóteses», a publicar nas actas do XIII Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval (Valladolid, 2009).

32 Opinião expressa por Filipe MOREIRA, «A Historiografia Régia Portuguesa Anterior ao Conde D. Pedro», a publicar nos *Cadernos de Literatura Medieval do Centro de Literatura Portuguesa*, 1 (homenagem a Diego Catalán), Coimbra: Imprensa da Universidade.

33 Cf. José Carlos MIRANDA, «Do *Liber regum* ao *Livro Velho de Linhagens*», a incluir no volume *Seminário Medieval 2009* em curso de publicação. Disponível em *Guarecer on-line* ([www.seminariomedieval.com](http://www.seminariomedieval.com)).

34 Um caso interessante é o seguinte: «Goína Mendes foi casada com dom Egas Gomes de Sousa e os que del exiram são já escritos» (ed. MATTOSO e PIEL, 2A5), em que o verbo *exir* não pertence às línguas do Ocidente ibérico, mas encontra paralelo, com a mesma e pouco usual acepção genealógica, na seguinte expressão da versão vilarense do *Liber regum*: «Quando murie Iacob en Egipto, lexo xii fillos. D'estos xii fillos exieron los xii tribus de Israel» (ed. COOPER, p. 19).

35 A mais notável encontra-se logo na entrada do *Livro Velho*, com a fórmula «Agora, amigos, se vos plaze, contaremos os linhagens» (ed. MATTOSO e PIEL, 1) que resulta da combinação de segmentos que se encontram no início do título reservado aos reis de Aragão no *Liber regum* vilarense, «Tro aqui dixiemos del lignage de los reies de Nauarra; et agora diremos, se uos plaz, de los reies de Aragon» (ed. COOPER, p. 37), com outros que se acham no início da dinastia dos reis de Navarra: «Agora contaremos de los reies de Nauarra» (ed. COOPER, p. 35).



36 É o que sucede com Dom Monio da Bizcaia, personagem referida no *Liber regum* como marido de um das filhas de Sancho Abarca, que surge agora ligada à linhagem da Maia por via do casamento da sua filha com Soeiro Mendes, sendo mencionada três vezes ao longo do texto genealógico português.

37 CATALÁN, *De Alfonso X...*, dedica-lhe um apêndice (p. 413-421), e volta a referir-se-lhe em CATALÁN e ANDRÉS, *Edición crítica...*, p. LXI-LXII.

38 Teria início «Amtes quatro folhas do fim da carónica», ACENHEIRO, *Chronicas*, p. 11.

39 Segundo ACENHEIRO, *Chronicas*, p. 11, era deste modo que terminava a crónica castelhana em tradução para português de sua autoria: «Depois que todo isto pasou viveo ellRey Dom Affomso seu tempo, e des y morreo Rei Dom Affomso como ja dicemos em era de mil e cento e quarenta e sete anos, e ficou hua sua filha que foy a Rainha Dona Urraca que foy casada com o Comde Dom Reimão, o qual foi filho de Affomso Jurdam de Sam Gill de Tollosa: deste casamento naceo depois o Emperador Dom Affomso de Castella de que vos contámos em este livro, e aqueste Conde Dom Reymamdo de Tollosa de que vos agora comtamos foy yrmão do Papa Callisto segundo, que foy de Viana, e foram da nobre linhagem dos Godos por parte do seu padre, e por parte da sua madre era neto dellRey Dom Affomso que ganhou Tolledo como avemos dito, e deste Emperador Dom Affonço naceo ellRey Dom Samcho de Castella, e EllRey Dom Fernando de Galliza, e outras duas filhas asym como vos ja disemos em este livro».

40 Quando se refere a ambas as crónicas, ACENHEIRO, *Chronicas*, p. 5, caracteriza-as como «coroniquas velhissimas de Castela e Galliza de trezentos anos feitas», o que, caso não se refira apenas ao aspecto linguístico, confina cada uma delas a matéria ibérica posterior à ocupação árabe. Diego Catalán (CATALÁN e ANDRÉS, *Edición crítica...*, p. LXI) viria a considerar que esta crónica não mais conteria do que um fólio com as genealogias dos Juízes e dos Condes de Castela, provavelmente porque assumiu que a insistência de Acenheiro na sua identificação com a matéria referente a Afonso VI, «caronica deste Rey Dom Affomso setimo que filhou Tolledo de Mouro» (p. 11), não tornava provável que contemplasse as extensas genealogias iniciais do *Liber regum*.

41 Ao longo do texto de Acenheiro, «crónica» tanto significa uma obra historiográfica como apenas um relato, por breve que seja, relativo ao reinado de um único rei.

42 José Carlos MIRANDA, «A introdução à versão galego-portuguesa da *Crónica de Castela* (A2a): Fontes e Estratégias», in: *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto: Estratégias Criativas, 2009, p. 61-97.

Disponível

em

[http://www.seminariomedieval.com/guarecer/smo809/A2aNET%5Bdefinitivo\\_11.08%5D%5B1%5D.pdf](http://www.seminariomedieval.com/guarecer/smo809/A2aNET%5Bdefinitivo_11.08%5D%5B1%5D.pdf).

43 Enrique FLÓREZ, *Reynas Cathólicas : Historia genealógica de la Casa Real de Castilla y León*, 2 vol., Madrid: Antonio Marín, 1761, p. 481-494.

44 Cf. CATALÁN, «La épica...», p. 134-137; Francisco BAUTISTA, «Pseudo-historia y leyenda en la historiografía medieval: la Condesa Traidora», in: *El relato historiográfico: textos y tradiciones en la España Medieval*, Londres: University of London, 2006, p. 59-101.

45 Ver atrás, nota 22.

46 Remetemos para José Carlos MIRANDA, «Do rex Ranemirus ao rei Ramiro: emblemas da heráldica literária no Ocidente ibérico entre os finais do séc. XIII e os inícios do séc. XIV», a publicar nas actas do XIII Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval (Valladolid, 2009), e ainda para MIRANDA, «Na génese...» atrás citado.

47 Para além de a organização dos livros de linhagens denotar a existência prévia de genealogias parciais, as coincidências entre o Toledano e a *Primeira Crónica Portuguesa* no que diz respeito a algumas indicações relativas aos reis portugueses podem remontar a um escrito de base genealógica oriundo da corte régia portuguesa já identificado por MATTOSO, «Os Livros de Linhagens...», p. 43.

48 É consensual que o *Livro Velho de Linhagens* foi promovido pelos Riba de Vizela e que a sua redacção (ou a parte mais recente das linhagens que o integram) deverá ter sido realizada no mosteiro de Santo Tirso, propostas adiantadas por José MATTOSO, «O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa», in: *Religião e Cultura da Idade Média Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 481-509. O contexto em que a obra terá sido executada variará, necessariamente, em função da datação que se lhe atribuir. Se a opção for por 1270, que nos parece ser a mais aceitável — cf. A Botelho da Costa VEIGA, «Os Nossos Nobiliários Medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)», Lisboa: Separata dos Anais das Bibliotecas e Arquivos, 1943; José MATTOSO, «A transmissão textual dos livros de linhagens», in: Isabel HUB FARIA (dir), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos, 1999, págs. 565-584 —, o livro terá sido feito para Gil Martins de Riba de Vizela, antigo mordomo-mor de D. Afonso III, que se encontrava desde 1264 exilado em

Castela, onde virá a terminar os seus dias na década seguinte.

49 A «Lenda de Gaia» toma por base um conto apócrifo sobre o rei Salomão que também serviu de modelo para a redacção da primeira parte da «condessa traidora», tal como esta narrativa se pode ler na versão de 1289 da *Estória de España* (cf. Ramón MENÉNDEZ PIDAL (ed.), *Primera Crónica General de España*, 1, Madrid: Gredos, 1955, p. 427-428). Ora, o conjunto narrativo no qual a «condessa traidora» se inclui remonta a materiais provenientes do mosteiro de Cardeña já redigidos antes de 1270 (Cf. BAUTISTA, «La condessa...», p. 79-96). Assim sendo, não é de arredar a hipótese de também a narrativa portuguesa ter tido origem na versão do conto de Salomão existente nesse mosteiro castelhano. Sobre a «Lenda de Gaia» e respectiva bibliografia, ver José Carlos MIRANDA, «A Lenda de Gaia dos Livros de Linhagens: Uma Questão de Literatura?», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, 2ª série, vol. 5, t. 2, Porto, 1988, p. 483/515; Maria Ana RAMOS, «Hestorja dell Rej dom Ramjro de lleom... Nova versão de A Lenda de Gaia», *Crítica del testo*, 7, 2, 2004, p. 791-843

50 As presentes considerações encontram-se expostas em MIRANDA, «Do rex Ranimirus...», acima citado.

51 Este tema virá a ser retomado, ampliado e elevado a elemento central da construção genealógica e legitimatória pelo Conde D. Pedro no seu Livro de Linhagens. Sobre o assunto, ver o estudo de Maria do Rosário FERREIRA, «D. Pedro de Barcelos e a Representação do Passado Ibérico», a publicar nos *Cadernos de Literatura Medieval do Centro de Literatura Portuguesa*, 1 (Homenagem a Diego Catalán), Coimbra, Imprensa da e.

52 Todavia, «Dom Munio Fernandes de Touro, filho de El Rey D. Fernando que foy par demperador» (LV: Ms 47.XIII.10 da Biblioteca do Palácio da Ajuda, fol. 33r) não se pode identificar nem com o recém-nascido neto do conde de Sabóia presente na parte final das *Mocedades de Rodrigo*, nem com o cardeal que comparece no \**Cantar de las Particiones*. Será necessário postular que o filho de Fernando Magno do LV implica um desenvolvimento potencialmente narrativo elaborado a partir de uma daquelas personagens.

53 A linhagem que historicamente mais estreitas ligações pode ter tido à dinastia navarra de Sancho III e do seu filho Fernando Magno é sem dúvida a da Maia, a cujo chefe à época, Gonçalo Trastamires, se deve a conquista de Montemor em 1135 (cf. José MATTOSO, *Cavaleiros, Infâncias e Ricos-Homens*, Lisboa: Guimarães Editores, 1982, p. 82). É provavelmente porque Sancho, o Maior, contava com firmes aliados no espaço português que o *Liber regum* pôde ainda dizer que este rei de Navarra e de Aragão «fo sennor tro en Portugal» (ed. COOPER, p. 34). Ironicamente, os redactores do *Livro Velho* preferem cultivar, no tocante a esta linhagem, memórias que remetem para descomprometidas e míticas origens e alianças asturianas, deixando para os Sousões as ligações que efectivamente evocam um passado castelhano, mesmo que tal não tenha qualquer correspondência com a realidade histórica conhecida. Se é verdade que, no seio da ficção historiográfica, a História faz valer os seus direitos, o modo como tal sucede pode ser bem sinuoso, como pretendemos mostrar em estudo que temos em preparação sobre o assunto.

54 Recorde-se que a introdução (A2a) está escrita numa letra diferente da que se encontra na crónica (A2b), aproveitando uma folha em branco que o manuscrito ostentava na parte inicial. A possibilidade de essa introdução estar já presente no exemplar copiado, naquele que terá sido o manuscrito usado pelo Conde D. Pedro, segundo comumente se assume, afigura-se assim extravagante.

55 Sobre o manuscrito da *Crónica de Castela* utilizado pelo Conde D. Pedro na *Crónica de 1344*, ver Diego CATALÁN, «La expansión al occidente de la Península Ibérica del modelo historiográfico «Estoria de España» - Nuevas precisiones», in: Cilene da Cunha PEREIRA & Paulo Roberto DIAS PEREIRA (dir), *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 521-535; e Samuel G. ARMISTEAD, «La “Crónica de Castilla” y las “Mocedades de Rodrigo”», in: *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid: Universidad de Valladolid – Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, p. 159-172.

56 Matizamos, pois, o que afirmámos em MIRANDA, «A Introdução...», n. 85. Na realidade, a redacção em Castela de textos escritos em galego-português não é uma ocorrência isolada, como se verifica com o *Cancioneiro da Ajuda*, elaborado a partir de materiais reunidos nesse reino por copistas galegos em datas próximas das que estamos a considerar, vindo a transitar para Portugal e a permanecer aí desde então. Sobre o assunto, ver OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo...*, p. 265-267; Mariña ARBOR, «Un código de historia material compleja: el Cancionero de Ajuda», *Revista de Literatura Medieval XXI*, 2009, p. 77-124. Mas também não deixa de ser verdade que a identidade de algumas das fontes usadas em ambas as iniciativas (LV e A2a) aponta para que essas fontes tenham transitado para Portugal.

57 Cf. MARTIN, *Les juges...*, p. 499-502; Diego CATALÁN, «Monarquia aristocrática y manipulación de las fuentes: Rodrigo en la *Crónica de Castilla*. El fin del modelo historiográfico alfonsí», in: Georges MARTIN (dir.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid: Casa de Velázquez, 2000, p. 75-94; Patricia ROCHWERT, «El buen cauallero: l'élaboration d'un modèle chevaleresque dans la *Chronique de Castille*», *Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispaniques Médiévales*, 25, 2000, p. 87-98.

58 É no início desta crónica que encontramos a versão mais radical da descontinuidade dinástica asturiana que conhecemos, cujo modelo é contudo o que se encontra já nas *Mocedades de Rodrigo*: «quando finou el rey dō Pelayo, o Mōtesño, ficou o rreyno de Castela sen rey. Et fizerõ y dous alcalles...» (ed. LORENZO, p. 308). Todavia, segundo MARTIN, *Les juges...*, p. 456, as «Mocedades» recolhem toda a matéria referente aos Juizes de Castela e sua posteridade, bem como as equívocas menções aos reis navarros («Sancho Abarca») não directamente no *Liber regum*, mas sim no *Poema de Fernán González*.

59 Cf. CINTRA, «O Liber regum...», atrás citado.

60 Ver as estrofes 14 a 85 da edição de Juan VICTÓRIO, *Poema de Fernán González*, Madrid: Cátedra, 1981, p. 45-62.

61 Sobre os propósitos historiográficos do Conde D. Pedro, ver o estudo de Maria do Rosário Ferreira publicado no presente número da e-Spania.

62 Temos defendido que Ramiro de Clavijo e o seu filho Ordonho são, no *Livro Velho de Linhagens*, figuras «quase-heráldicas». Ora esses mesmos monarcas asturianos comparecem, ao arrepio de qualquer lógica (e suscitando, por isso, sistemáticos reparos contra o atropelo histórico que elas representam), no texto que introduz a tradução ocidental da *Crónica de Castilla* (A2a). Sendo assim, torna-se razoável pensar que quem promove este texto é alguém que se identifica com essas figuras, ou seja, um descendente de Gil Martins de Riba de Vizela o promotor do *Livro Velho*. cremos que o melhor candidato a esse papel é o seu neto, Martin Gil de Sousa, segundo conde de Barcelos até 1312, altura em que, como o avô, se exila em Castela após ter sido acusado pelo rei de ser vassalo do monarca castelhano (cf. PIZARRO, *Linhagens Medievais*, 1, p. 552-555). A ser aceitável esta proposta, então a redacção de A2a deverá ter ocorrido no ano de 1212 ou muito perto.

63 É o que se deduz do facto de Afonso Henriques ser considerado rei após o momento em que substitui a mãe no governo do território em 1128, o que implica uma linha de continuidade entre Afonso VI, a «rainha» Teresa e o filho. Tal facto é testemunhado por vários textos dos quais salientamos o *Crónicon Lusitano* (*Annales Portucalenses Veteres* continuados com os *Annales Domni Alphonsi Regis*, também designado *Chronica Gottorum*), o *Indiculum Foundationis Monasterii Sancti Vicentii* ou o *De Expugnatione Scalabis*, textos publicados por Frei António BRANDÃO, *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*, Lisboa: Pedro de Craesbeck, 1632, p. 271-276, 289-291 e 291-294 respectivamente. As várias fontes históricas do séc. XII mencionadas em José MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, são também concordantes em privilegiar a ideia de que a condição régia de Afonso Henriques decorria da herança imperial de Afonso VI.

64 É de salientar que, ainda no séc. XIV, o *Livro de Linhagens do Deão* (c. 1340) podia afirmar: «[Egas Moniz] fez senhor do reino o criado, a pesar da madre, a rainha dona Teresa, de cuja parte o reino vinha» (ed. MATTOSO e PIEL, p. 131). O prólogo deste livro genealógico considera mesmo que a nobreza portuguesa se constituiu no tempo do conquistador de Toledo: «delo tempo d'el rei dom Afonso, o que ganhou Toledo, acá, foram feitos os mais dos mosteiros e das igrejas e dos coutos e das honras, ca em tempo deste rei que reinou longamente foram muitos ricos homens e infançoens que ora poremos por padroens onde descendem os filhos d'algo» (ed. MATTOSO e PIEL, p. 61).

65 Ao que haverá que acrescentar o direito à condição régia por virtude militar própria. Na *Primeira Crónica Portuguesa*, Afonso Henriques apenas se chamará «rei» após derrotar cinco reis mouros na batalha de Ourique. Para mais extensa argumentação, ver MIRANDA, «Na génese...», atrás citado.

66 Nova designação do *Liber regum* proposta por Georges Martin. Ver o estudo publicado no presente número da e-Spania.

67 Sobre o assunto, ver Pierre DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa: Livraria Portugália Editora, 1947, p. 313-328; MARTIN, *Les juges...*, p. 114.

68 Desenvolvendo a metodologia proposta por DAVID, *Études historiques*, p. 334-335, MATTOSO, «O Mosteiro de Santo Tirso...», p. 490-497, adiantou a possibilidade de essas notícias serem provenientes de mosteiros do norte de Portugal afectos às grandes famílias

de infanções, o principal dos quais seria Santo Tirso. Luís KRUS, *Lição de Síntese para Provas de Agregação*, Lisboa: UNL (texto policopiado), 1998, chamou ainda a atenção para que algumas dessas notícias podiam ter tido origem no mosteiro de Grijó, ao sul do Porto. Em recente estudo dedicado à produção analística ibérica, Francisco BAUTISTA, «Breve historiografía: Listas regias y Anales en la Península Ibérica. Siglos VII a XII», *Talla dixit*, 4, p. 113-190, prefere indicar a Sé de Coimbra como o local onde teria sido elaborado o conjunto dos *Annales Portucalenses Veteres*.

69 As notícias que os velhos anais portugueses transmitem sobre o reis leoneses, para além de serem escassas e descontínuas (com excepção das referentes a Afonso III contidas no *Crónicon Lusitano*, provenientes da *Crónica Albeldense*), reportam-se essencialmente a factos directamente relacionados com o território que virá a ser Portugal, como bem notou DAVID, *Études historiques...*, p. 331-332.

70 Referimo-nos não apenas às crónicas latinas que assumem a continuidade da herança gótica através do passado leonês, mas também àquelas que vão construindo uma versão castelhana dessa mesma herança, como sucede com a *Crónica Najerense*. Sobre o assunto, ver Georges MARTIN, «La chute du royaume visigothique d'Espagne dans l'historiographie chrétienne des VIII<sup>e</sup> et IX<sup>e</sup> siècles», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 9, 1984, p. 207-233; Francisco BAUTISTA, «Genealogía y leyenda», *e-Spania*, 7, juin 2009. Consulté le 18 mars 2010; Gaël LE MORVAN, «La Chronica naiarensis : d'un néo-gothisme astur-léonais à un néo-gothisme castillan», *e-Spania*, 7 | juin 2009. Consulté le 20 mars 2010.

## Pour citer cet article

### Référence électronique

José Carlos Ribeiro Miranda, « Do Liber regum em Portugal antes de 1340 », *e-Spania* [En ligne], 9 | juin 2010, mis en ligne le 11 février 2010, consulté le 22 septembre 2014. URL : <http://e-spania.revues.org/19315> ; DOI : 10.4000/e-spania.19315

## Auteur

### José Carlos Ribeiro Miranda

Universidade do Porto, SMELPS /IF / FCT / AILP (CNRS, GDRE 671)

### Articles du même auteur

**Literatura artúrica y definiciones del poder en la edad media peninsular** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 16 | décembre 2013

**Lancelot e a recepção do romance arturiano em Portugal** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 16 | décembre 2013

**O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 13 | juin 2012

**O argumento da linhagem na literatura ibérica do séc. XIII** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 11 | juin 2011

**Avant-propos** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 11 | juin 2011

## Droits d'auteur

© e-Spania